

**2a chamada da prova de Filosofia – 4º Bimestre****(10 pontos)****Gabarito:****Resposta da questão 1:**

[A]

A teoria política de Maquiavel orienta a ação dos soberanos levando em consideração a história, a realidade, a conjuntura política e todos os demais elementos que possam interferir na dinâmica concreta do poder. Em contrapartida, o filósofo se afasta de abstrações ou idealizações, sejam elas de cunho moral, religioso ou metafísico, isso porque a tarefa fundamental do príncipe é manter a estabilidade política, a ordem e o poder.

Resposta da questão 2:

[A]

Os movimentos totalitários, como o nazismo e o fascismo, dependem da capacidade de agitar e organizar ‘massas’, tomadas como grandes contingentes populacionais. O que diferencia a mobilização dos movimentos totalitário, da mobilização típica dos partidos políticos, é o fato de que na primeira não há a intenção de incentivar as liberdades individuais, a democracia, o respeito ao contraditório ou a consciência das classes sociais. Em oposição, os movimentos totalitários, para organizar a ‘força bruta’ de que precisam, defendem a subordinação das leis e do julgamento delas ao poder administrador ou executivo, além de incentivar ações repressivas, como alternativa ao debate típico da democracia.

Resposta da questão 3:

[B]

Maquiavel faz parte de uma tradição teórica da filosofia política denominada “realismo político”, marcada por uma reflexão que busca entender a realidade, a partir da qual se constroem as relações políticas, por meio das formas que ela se apresenta, renegando as análises que se pautam a partir de entendimentos idealistas sobre como a realidade deveria ser. Em outras palavras, Maquiavel se propõe a entender a realidade como ela é e não como se pensa que ela deveria ser. Com efeito, é fundamental o exame das relações históricas e políticas que estruturam as relações humanas.

Resposta da questão 4:

[E]

[Resposta do ponto de vista da disciplina de História]

Apesar das restrições de cidadania – apenas homens livres, maiores de 21 anos e atenienses natos eram considerados cidadãos em Atenas – e da existência de alguns poucos cargos eletivos, podemos considerar a democracia ateniense como sendo exercida de maneira direta, uma vez que as principais decisões da cidade-Estado eram tomadas em conjunto na Ápela, pela chamada Assembleia Geral de Cidadãos.

[Resposta do ponto de vista da disciplina de Filosofia]

O texto da questão destaca para o aluno o caráter do conceito de “povo” na Grécia antiga, evidenciando um limite importante que esse conceito possuía, uma vez que a noção de “povo”, no contexto considerado, estava ligada ao status de cidadania. A categoria de cidadão no mundo grego, entretanto, era restritiva. No caso de Atenas, essa restrição também era verificada, na medida em que se considerava cidadãos apenas os indivíduos do sexo masculino, que já tivessem atingido a maioridade, nascidos em Atenas e filhos de pais também atenienses. No período da forma democrática de governo em Atenas, como aponta o texto, o exercício da prática política era direto, o que implicava que o poder era exercido dessa forma pelos cidadãos, de modo que a emergência da democracia no período citado promoveu a participação no exercício do poder, uma vez que as deliberações políticas e os processos de tomada de decisões de caráter político eram realizados pelos cidadãos na polis.

Resposta da questão 5:

[A]

Para responder à essa questão, o aluno deve atentar para a relação entre a ética e a política no pensamento de Aristóteles. Para esse filósofo clássico, a política está essencialmente vinculada à moral, pois a finalidade da vida coletiva e do Estado é a virtude, o que inclui a formação moral dos indivíduos e a gestão da vida coletiva a partir da criação dos meios para que a virtude seja possível, funcionando como um complemento da atividade moral individual. Com efeito, a ética é pensada como o fundamento moral do indivíduo, enquanto a política é pensada como o fundamento da moral coletiva.

Resposta da questão 6:

Para John Locke, no Segundo Tratado sobre o Governo Civil, a legitimidade do poder político – base do governo civil – encontra-se radicada no consentimento unânime dos governados. Com efeito, segundo ele, “não é qualquer pacto que põe fim ao estado de natureza entre os homens, mas apenas o acordo mútuo pelo qual todos se obrigam juntos a constituir uma comunidade e formar um corpo político”. Assim, a justificação do exercício do poder civil não se encontra na tradição e, tampouco, na força. O contrato lockeano, diferentemente do contrato hobbesiano, é firmado por homens que, iguais, absolutamente livres e dotados de razão, concordam mutuamente em formar a sociedade civil, confiando-lhe o propósito de preservar aquilo que lhes pertence, em sua condição natural, ou seja, proteger e consolidar seus direitos naturais inalienáveis e irrenunciáveis: sua vida, sua liberdade, seus bens. Intentam, por meio do pacto, evitar e remediar as inevitáveis inconveniências do estado de natureza quando, pela ausência de juízes e de leis positivas, cada indivíduo exerce seu poder de julgar e punir por qualquer dano que lhe foi causado. Para John Locke, só existe uma sociedade política onde cada um dos membros renunciou a esse poder natural e o depositou nas mãos da comunidade política. Há de se ressaltar que, diferentemente de Hobbes e outros contratualistas, John Locke não concebe um pacto de sujeição, no qual os pactuantes se submetem a um poder comum. Ele concebe apenas o pacto de associação pelo qual os homens consentem em formar uma sociedade política. Nela, o povo, como verdadeiro detentor do poder soberano, outorga aos poderes constituídos no governo civil a sua confiança, sem se submeter a eles. Por essa razão, a rebelião apresenta-se como uma possibilidade caso a autoridade civil não cumpra seus objetivos. Enfim, a justificação do poder político legítimo conjuga duas interfaces indissociáveis do contrato lockeano: sua constituição a partir do consentimento mútuo firmado por homens livres e iguais, que se unem voluntariamente, e sua finalidade, a de garantir a segurança da propriedade dos indivíduos (vida, liberdade e bens). Realiza-se, assim, a instituição de um verdadeiro corpo político regido pela vontade de seus membros livres para alcançar a paz comum.